

Administração da diferença, preservação da hegemonia

Benjamin Abdala Jr.

Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

O ensaio discute questões político-culturais relativas ao processo de globalização, neste momento de crise do capitalismo financeiro e da ideologia neoliberal. São reativadas possíveis soluções anticrises que levam à afirmação – como ocorreu a partir do *crack* de 1929 – de tendências reguladoras mais democráticas, mas que têm em vista mudar paradigmas para preservar as formulações hegemônicas. No contrafluxo, as articulações comunitárias – como o comunitarismo cultural veiculado pela língua portuguesa – reúnem condições para uma participação ativa, no mundo que se desenha pós-neoliberal.

Palavras-chave

Comunitarismo cultural, literatura comparada, globalização.

Benjamin Abdala Junior é professor da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH da Universidade de São Paulo. É autor, entre outros títulos, de *A escrita neo-realista* (São Paulo: Ática, 1981) e *Literatura, história e política* (São Paulo: Ática, 1989). Entre as coletâneas que organizou ou co-organizou, podem ser mencionadas *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas* (São Paulo: SENAC, 2000), *Personae: grandes personagens da literatura brasileira* (São Paulo: SENAC, 2001), *Incertas relações: Brasil e Portugal no século XX* (São Paulo: SENAC, 2003), *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas* (São Paulo: Boitempo, 2004), *Portos flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos* (São Paulo: Ateliê, 2004) e *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil* (São Paulo: Boitempo, 2006).

Nota 1: abertura. Temos argumentado em muitos momentos, desde os finais dos anos 90, que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (Abdala Jr., 2002). Em termos de aproximações lingüístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngües e reciprocidades em termos de poder simbólico. E mais: num mundo onde o inglês acabou por se constituir numa espécie de língua franca, é necessário que falemos também em português e outros idiomas, inclusive no campo tecnológico. Em termos lingüísticos, não apenas como língua de cultura, mas também como de ciência.

Neste momento de *crack* do capitalismo financeiro e de reconfigurações de estratégias, parece-nos imprescindível que a crítica assuma uma atitude mais ativa para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade. E, se possível fazer confluir, para a interlocução comunitária, bases para a ação política na forma de blocos. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos à monologia da competitividade que tem marcado o processo globalizador e que chegou a seu paroxismo, enquanto ideologia dominante à escala planetária, na situação anterior ao *crack*.

Se, entretanto, da economia ao campo cultural, houve efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras para impor a sua ordem hegemônica, por outro lado, o efeito reverso do princípio da contradição fez emergir atitudes reativas e esse enfraquecimento favoreceu o fortalecimento de ações comunitárias, pelas brechas dessa política. Nesta nova situação, que se afigura pós-neoliberal, podemos nos permitir o otimismo desta afirmação, as associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes, e envolvem a possibilidade de novas articulações, para além das tradicionais.

Impõe-se e já estão em curso interlocuções entre países e blocos, com a possibilidade de um melhor diálogo, inclusive em relação aos próprios Estados Unidos, na atmosfera de reconfiguração da política capitalista e dos princípios de legitimidade. É evidente que os Estados Unidos procurarão estabelecer novas bases, para que continuem a preservar assimetrias no campo das circulações culturais e a promover a aceitação das formulações discursivas que inculcam e naturalizam seus pressupostos particularistas como universais. Na nova configuração internacional que se esboça, em meio à crise, abre-se, não obstante, a possibilidade de uma abertura mais incisiva e vertical, já que o momento também é de mudança de paradigmas. Isto é, dos escaninhos, em termos de conhecimento, que são as circunscrições pelas quais aprendemos a pensar o mundo.

Nota 2: uma literatura comparada prospectiva. Foi decorrência histórica, no Brasil, nos estudos de literatura comparada, a afirmação de um comparatismo que veio das imposições de nosso processo de colonização. Verificar essas bases tem sido uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à colonização de nosso imaginário. Trata-se de um comparatismo importante e necessário para o nosso autoconhecimento. Nas atitudes de atores culturais

do passado, podem ser configuradas linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição a esse comparatismo não nos parece suficiente, em termos político-culturais. Temos proposto uma outra forma de comparatismo, para figurar ao lado do primeiro. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade.

É evidente que qualquer novo recorte que implique ações de ordem política poderá fazer emergir novas formas de hegemonia. Mesmo quando nos empolgamos com o estabelecimento de laços de cooperação, é preciso atentar para hábitos culturais arraigados, que incorporam gestos hegemônicos nas relações entre países e regiões, em situações de aparente reciprocidade. Lembramos, para ilustrar, um comentário do crítico cubano Roberto Fernández Retamar (1995), que afirmava gostar de alguns críticos europeus que, de maneira simpática, diziam que o Caribe era o Mediterrâneo americano, mas que ficaria muito mais satisfeito se eles viessem também a dizer, imaginamos, sem constrangimentos, que o Mediterrâneo é que seria o Caribe europeu...

Nota 3: pós-colonialismos. O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos, estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sobre um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se consubstancia no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”, afeito às condições da mídia e dos produtos moda, procura tudo reduzir a uma *tabula rasa*, um contínuo presente sem passado. A experiência histórica e suas realizações passam a ser situadas como um repertório passivo, para a estilização sem história, formas petrificadas, restritas a uma espécie de “estado de dicionário”, referência a um conhecido poema de Drummond, desconsiderando-se o processo que as modelizou. “Frequentar o mundo das palavras”¹, implica conhecer esse processo.

A teorização pós-colonial trouxe grande contribuição para a discussão de questões relativas à globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela às vezes pode tender a generalizações abstratas. A uma perspectiva crítica desavisada, podem ser igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades,

¹ Carlos Drummond de Andrade. “Procura da palavra”, de *Rosa do povo*.

implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – três ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural do processo histórico pode revelar de que pós-colonialismo se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece – à ênfase diaspórica dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas de um sentido político.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de judas*, de Lobo Antunes (1979); e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe*, de Pepetela (1982). O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela, numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos e grupos que se querem mitos, associados a posturas etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores radicados ou que retornaram à metrópole, e também dos ex-colonizados que para lá migraram. A clara delimitação do chamado *locus* enunciativo e de sua historicidade parece-nos, pois, imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade e repercutir politicamente.

Nota 4: mimetismo cultural e relações de poder. Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo ibero-afro-americano, mas – voltamos a insistir – as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de fronteiras múltiplas e identidades plurais, seja numa perspectiva individual, nacional ou dos agrupamentos sociais. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde a cultura brasileira, por exemplo, é multifacética e se alimenta produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de receber os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais. Tais considerações, para além das especificidades regionais ou nacionais, tornam necessárias a consideração do repertório enfaticamente híbrido de nossa formação cultural. Na apropriação desse repertório, a consciência dessa historicidade e as relações de poder que ela ensinou, podem contribuir para o afastamento de produções miméticas. Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes acabam por questionar espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o poema “Camões: história, coração, linguagem”, para nos valer mais uma vez de Carlos Drummond de Andrade. Escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos, o poema mostra a apropriação de imagens e procedimentos poéticos camonianos. Estabelece

um diálogo entre marcas da historicidade das leituras de Camões e a da nova situação histórica, democrática, de Portugal:

Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, refluindo
em cem mil corações multiplicado.

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas através da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo de quem estabelece criticamente suas bases poéticas, o que não implica contraditar o repertório da linguagem comunitária. Relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretense sincretismo ou do hibridismo, que desconsidera as relações de poder e encaminha atitudes assimilacionistas, tendentes à cultura do colonizador. Não se pode, entretanto, deixar de se considerar devidamente – para além das referências individualizadas como a de Camões – o fato da plasticidade da língua literária portuguesa constituir-se num processo de modelização que vem desde sua formação nos tempos medievais.

Nota 5: a cor da pele e a audácia da esperança. Já apontávamos, na situação anterior ao *crack*, que à flexibilidade da circulação dos produtos culturais, ao ritmo nômade do capital financeiro, que se articula em rede, sempre reduzindo distâncias por velocidade, sempre desdobrável, pareciamos importante contrapor estratégias contra-hegemônicas, associadas aos comunitarismos supranacionais. Esse processo vertiginoso de standardização dos produtos culturais, por parte da economia de mercado, não se restringe à standardização de massa. A hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas. Procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. A diferença como administração política e abertura de nicho de mercado.

Noutro sentido, esta incorporação da diferença pode contribuir para a dinamização do sistema: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no filme *O leopardo*, de Luchino Visconti, baseado no romance homônimo de Giuseppe Lampedusa: “É preciso que algumas coisas mudem, para que tudo continue na mesma”. As palavras são do Príncipe, personagem histórica baseada no avô do escritor. A emergência

parcial do novo, sob controle político-social das estruturas pré-estabelecidas faz valer sua hegemonia para controlá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica.

Não há, entretanto, para a crítica empenhada, como fugir dessa situação, sob pena de fechar o seu campo de reflexões em perspectivas isolacionistas. Impõe-se, ao crítico, que ele entre nessas águas, cuidando para não perder a direção de seu projeto e ser cooptado pelo aparente nomadismo dos fluxos, que afinal mostram-se confluentes para as bases hegemônicas. Esta é uma questão política, que se imbrica em rede com a vida sociocultural. Para tanto, tendo em vista a necessidade de uma atitude prospectiva, conforme temos enfatizado, o crítico não pode se limitar exclusivamente à negatividade crítica, embora esta não deixe de ser sempre um contraponto imprescindível. Do ponto de vista político, entendemos, ele deve se embalar por uma espécie de otimismo crítico para dar continuidade, sob novas formas, a gestos, que vieram do passado, com atores imbuídos da esperança de que a vida pudesse ser melhor do que é. Observe-se, nesse sentido, o seguinte fragmento do poema “Coração em África”, do são-tomense Francisco José Tenreiro, que temos reiteradamente apontado quando discutimos a circulação cultural do campo intelectual do pós-Guerra, tal como ocorreu no “nó” que imbricou o comunitarismo ibero-afro-americano e o pan-africanismo, já na atmosfera da guerra fria:

(...) de coração em África com as mãos e os pés trambolhos disformes
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do mar e dos meninos
ranhosos viciados pelas olheiras fundas das gomas de Pomar
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor da pele
dos homens brancos amarelos negros (...).

Tenreiro é um dos atores do campo intelectual dos anos de 1950, para quem “a pretidão do mundo (...) ultrapassa a própria cor da pele dos homens brancos amarelos negros”. Seu poema ilustra não apenas o comunitarismo cultural que se faz pela ibero-afro-américa, pelas similaridades de sua poética com a de Nicolas Guillén, entre outras. Noutras passagens – é um poema longo –, aponta para atitudes libertárias de personalidades negras da África, Caribe e Estados Unidos. É diante dessa afirmação, que sentimo-nos tentados a contextualizar com o momento político atual. A eleição de Barack Obama foi seguramente um golpe no conservadorismo norte-americano que se afirmou desde os tempos do macartismo, à revelia dos princípios estabelecidos na carta da ONU de 1946. Não há dúvida de que seu triunfo representa a ascensão da tendência liberal democrática por sobre a prepotência imperial dos últimos tempos, quando se torna imprescindível se voltar às perspectivas sociais de um estado regulador. Há, não obstante, limites para esse otimismo.

Se Barack Obama (2007) escreveu um livro como *A audácia da esperança*, comprometido, em parte, com o que Edward Said chamou de o “outro EUA”, as circunstâncias de sua eleição, isto é, suas bases políticas e econômicas associadas às elites desse país, matizam os parâmetros dessa

“ousadia”. A mídia vem proclamando um renascimento norte-americano (inclusive através da voz do próprio Obama), isto é, um renascimento do “espírito americano”, tradicional discurso dessas elites. Estamos muito longe de um “renascimento negro”, para matizar nosso discurso pela referência à designação do movimento a que se ligou o poeta Langston Hughes. Mais distantes ainda, em sentido amplo – já que a pretidão do mundo “ultrapassa a cor da pele” –, de um renascimento dos excluídos não apenas negros, mas também brancos, amarelos e mestiços. Mestiços, aliás, como o próprio Obama, que só é negro pela marcação racista ainda dominante nos EUA, mesmo para aqueles que dizem “tolerar” a diferença.

Nota 6: multiculturalismo e eurocentrismo. Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar a diferença, afim, por exemplo, com uma vertente multiculturalista de matização liberal (Shot & Stam, 2006), pode constituir uma maneira mais inteligente e de longo prazo de se preservar e mesmo promover a hegemonia. Estratégia para um capitalismo administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores do estado liberal, tal como ocorreu com o governo Roosevelt. Seria uma espécie de um novo *New Deal*, de onde – já que as coisas são misturadas – foi possível surgir, não obstante, a obra de um Caldwell, Hemingway, Dos Passos, Gold, Steinbeck, Faulkner, etc. E também a organização das Nações Unidas e da carta que estabelecia o princípio da autodeterminação dos povos.

O discurso de respeito à diferença que agora se afirma é o da perspectiva liberal do multiculturalismo, que pode tender à guetização dos excluídos, ou à simples tolerância dos incluídos administrados. O pensamento hegemônico norte-americano tem sido avesso à valorização das misturas, ao contrário do que lá vem ocorrendo. O puritanismo religioso, que vem dos tempos coloniais, e sua práxis histórica levaram à afirmação ideológica da imagem tradicionalista de um mundo, onde a mistura foi vista como degradação. Na grande narrativa da formação nacional desse país, inculcada mundialmente pela mídia, desde Hollywood, a missão civilizatória se fez inicialmente contra os que consideravam bárbaros indígenas. Pouco importa as poucas escaramuças dos nativos contra o invasor europeu, da história real, pois quase sempre os indígenas se limitaram a se afastar dos invasores, quando expulsos de suas terras mais férteis. Para essa mídia ideológica, os nativos eram impostores em suas próprias terras e estas eram como se fossem vazias – a “Terra Prometida” ou “Nova Canaã” da simbologia que vem das cruzadas. E a estrutura dessa narrativa fundamentalista, associada ao poder imperial, vem até nossos dias, comutando indígenas por negros, latino-americanos, asiáticos ou árabes. Estes são os “outros” (na designação naturalizada, os “étnicos” são os “outros”), sempre mostrados como agressivos, indisciplinados, incivilizados, etc. Afinam-se, nessa perspectiva ideológica, como mestiços, impuros.

Tal eurocentrismo norte-americano pode vir a ser agora atenuado, na nova configuração que se esboça. Fala-se insistentemente na necessidade de “tolerância”: tolerância liberal, uma nova modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem reciprocidade. A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição de Obama e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Sem a discussão dessas relações, o discurso multicultural que, ao que parece, deve se afirmar ainda mais, não deixará de ser um veículo conceitual de administração da diferença nos quadros do estado liberal, tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana, vale dizer, de suas elites. Falta a essas inclinações multiculturais de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, a possibilidade de uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças. Logo, uma perspectiva crítica capaz de contraditar formulações discursivas hegemônicas, tendentes ao nivelamento de uma espécie de “branqueamento” eurocêntrico.

Em relação aos países ibero-afro-americanos, a intelectualidade tem visto na diversidade étnica um fator de originalidade e criatividade, ao contrário do que tem ocorrido nos EUA, onde as formulações sobre o hibridismo têm sido historicamente escamoteadas ou restritas, na história mais recente, aos âmbitos acadêmicos. A estratégia das elites “crioulas” tem sido outra: exaltar a integração, sempre tendente ao branqueamento, mascarando a estratificação social, como ocorreu com Gilberto Freyre, entre outros. Um “branqueamento”, também eurocêntrico, apropriado pelas suas esferas políticas.

Impõem-se ao campo intelectual – tanto lá como cá – novas atitudes: politizar seus discursos para além das universidades, articulando laços comunitários e a vida sociocultural com as esferas de poder. Por que restringir-se, à esquerda, a um discurso melancólico falando de ruínas, enquanto o estado é apropriado, à direita, por aqueles que o administram em sua função, com bandeiras otimistas? Impõe-se uma atitude de otimismo crítico, um princípio de juventude que se consubstancie em projetos políticos mais amplos.

Nota 7, em conclusão: modo de articulação do capitalismo financeiro e a administração da diferença. Reiteramos, pois, no contraponto ao que naturalizou na atmosfera de concretização utópica do capitalismo financeiro, e seus modos de articulação, que o acesso à rede supranacional se faz num *locus* enunciativo determinado e ele é fundamental para a crítica. Se na vida universitária, por exemplo, um docente situa-se numa universidade norte-americana, ele não pode desconsiderar o fato de que seu discurso pode estar associado a estratégias hegemônicas desse país. Faz parte do consenso hegemônico, na atualidade, não apenas aceitar, mas promover a capitalização da diferença. Uma diferença que se consubstancie em produtos, desde o da imagem democrática do país hegemônico até a mercadorias mais

explicitamente comercializáveis. Não se pode esquecer a posição dos Estados Unidos como único país a defender a inserção da cultura como “produto”, na Organização Mundial do Comércio. Para além do produto diretamente comercializável, a hegemonia implica um “reconhecimento” internacional da instituição onde o mencionado crítico trabalha, o que certamente atrairá alunos e docentes, inclusive dos países não-hegemônicos. A partir dessa situação, serão criadas condições para convênios interinstitucionais com esses países, tendentes à preservação da hegemonia. Só uma efetiva reciprocidade entre os atores da comunidade universitária envolvida poderá atenuar essas assimetrias. Isto é, a consciência efetivamente democrática da dimensão política que envolve a pesquisa científica.

Entendemos que os atores de um campo intelectual supranacional, que se pretenderem efetivamente críticos, não podem ignorar relações de pertencimento. Situem-se eles nas esferas do centro ou nas margens (há as margens dos centros e os centros das margens). São laços que levam à vida sociocultural e que não podem ser escamoteados, em função da própria objetividade da crítica. Mesmo quando são adotadas atitudes como se estivessem em situações psicossociais de migrantes, o diálogo não se faz em abstrato, mas com culturas diferentes, provenientes de experiências históricas que têm singularidades e motivações políticas. E estar nos Estados Unidos não é como estar no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, como aparece em certos discursos tendentes à neutralização da diferença e à sublocação do mesmo.

É motivo recorrente, que historicamente tem envolvido o processo de colonização das margens, o relevo de considerações acríicas, dissociadas da situação sociocultural e, sobretudo, de atualidade histórica. Nesse sentido, o crítico não pode se ater à performance narcisista, que seria própria de quem está (apenas) de passagem, e também na apologia de um aparente descompromisso, afinado com o hiper-individualismo da situação que resultou no *crack* financeiro. Uma situação – é verdade –, que não deixa de apresentar analogias com a dos assim chamados “anos loucos” da década de 1920. Ao adotar posturas afins de uma espécie de relativismo nômade (modo de articulação do capitalismo financeiro), ele acaba por se limitar a resvalar nos obstáculos, sem manter laços situacionais para além do efêmero do discurso da moda. Limitar-se a esses hábitos pode significar delimitação alienante à canalização de cursos monológicos, mesmo que estes venham a se erigir como efêmeras passarelas da sociedade do espetáculo, bem ao gosto das mídias. Uma práxis efetivamente crítica não permanecerá restrita a esses enquadramentos, alheia a laços mais amplos, que envolvam tensas relações dialógicas entre fios discursivos de diversas áreas do conhecimento. Articulações que podem levar a problemáticos *nós* multidiscursivos, inclinados à discussão das possíveis conexões – sempre colocadas no plural – entre o mundo que se desenha na vida cultural e suas imbricações com o *chão* das relações político-sociais.

Referências

- ABDALA JR., Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- ABDALA JR., Benjamim. *Camões . Épica e lírica*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- ANDRADE, Mario de; TENREIRO, Francisco José. *Poesia negra de expressão portuguesa*. Ed. fac-similar organizada por Manuel Ferreira. Linda-a-Velha, África Ed., 1982.
- LOBO ANTUNES, António. *Os cus de judas*. Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- OBAMA, Barack. *A audácia da esperança*. São Paulo:Larousse do Brasil, 2007.
- PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- RETAMAR, Roberto Fernández. *Para el perfil definitivo del hombre*. 2. ed. corrigida e aumentada. La Habana: Letras Cubanas, 1995.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1986.
- SHOT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.